



Comunicação de
Pesquisa

Estrabão

Vol. (4): 693 - 698

©Autores

DOI: 10.53455/re.v4i1.117



Recebido em: 28/07/2023

Publicado em: 31/12/2023

Educação do campo um combate nutritivo contra a educação fast food

Rural education: a nutritious fight against fast food education

Carolina Silva da Silva^{1A}

Resumo

Contexto: O presente trabalho aborda os conceitos educacionais de Educação Fast-Food, também conhecido como sistema de Mcdonaldização das escolas, e conceitos da Educação do Campo. **Metodologia:** Foram realizadas pesquisas documentais e trabalho de campo no Quilombo do Cacau, Belém - PA. **Considerações:** Os resultados ressaltam o benefício e a democratização do ensino pelos impactos positivos da Educação do Campo no combate à mercantilização do ensino, que gera disputa de produtividade. Compreende-se que a Educação do campo é harmoniosa, permitindo aos alunos aprender em harmonia com as tecnologias e sua cultura local. Por outro lado, a Educação Fast-Food é caracterizada por um sistema de ensino mais padronizado e superficial. Conclui-se, portanto, a necessidade de constância na luta e articulação contra a educação neoliberal.

Palavras-Chave: Educação do Campo; Educação Fast-Food; Território; Capitalismo

Abstract

Context: This paper addresses the educational concepts of Fast-Food Education, also known as the McDonaldization of schools, and the concepts of Field Education. **Methodology:** Documentary research and fieldwork were conducted in Quilombo do Cacau, Belém - PA. **Considerations:** The results highlight the benefit and democratization of education through the positive impacts of Field Education in combating the commodification of education, which generates competition for productivity. It is understood that Field Education is harmonious, allowing students to learn in harmony with technologies and their local culture. On the other hand, Fast-Food Education is characterized by a more standardized and superficial teaching system. Therefore, it is concluded that there is a need for constant struggle and coordination against neoliberal education.

Keywords: Rural Education; Fast-Food Education; Territory; Capitalism

1 - Universidade Federal do Pará

A - Contato principal: carolinarib26@gmail.com

Introdução

O sistema educacional desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade, moldando o pensamento, a consciência cidadã e preparando indivíduos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Nesse contexto, dois paradigmas educacionais distintos têm sido objeto de debates acalorados: a Educação do Campo e a Educação Fast-Food. Cada abordagem apresenta características únicas e consequências impactantes na formação dos cidadãos brasileiros. O termo “Educação Fast-Food” denota uma preocupante mercantilização do ensino, um fenômeno que ganhou força desde os anos 90. Sob a influência de ideias neoliberais, a educação passou a ser vista como uma mercadoria, e a escola como uma empresa com metas de produção. Nesse contexto, a educação é voltada para a formação de trabalhadores e consumidores, priorizando resultados quantificáveis em detrimento de um aprendizado profundo e crítico. O modelo de ensino se assemelha a uma linha de montagem, onde o conhecimento é tratado como produto padronizado, rápido e superficial, com o objetivo de suprir as demandas do mercado de trabalho.

A pressão por resultados imediatos e mensuráveis levou a um foco excessivo na quantidade de informações transmitidas aos alunos, em detrimento da compreensão profunda, do pensamento crítico e da construção de conhecimento significativo. Essa abordagem resulta em estudantes que possuem uma gama de informações, mas que muitas vezes não conseguem estabelecer conexões significativas entre elas, nem aplicá-las de maneira criativa e reflexiva em suas vidas e em suas comunidades.

Por outro lado, surge a Educação do Campo como uma alternativa inspiradora e desafiadora. Originada das lutas dos movimentos sociais e trabalhadores rurais, a Educação do Campo busca ampliar a visão das necessidades da população rural e promover um ensino contextualizado, respeitando as culturas, tradições e sabedorias agrícolas das comunidades. Além de desenvolver o pensamento crítico, essa abordagem educa líderes comunitários e valoriza a sustentabilidade agrícola, enfatizando a importância de uma educação que vá além dos muros da escola e abrace iniciativas educativas comunitárias e de extensão.

No entanto, é essencial refletir sobre as consequências da educação superficial para o desenvolvimento individual e social. A ausência de uma educação contextualizada e crítica pode limitar o potencial dos indivíduos, reproduzindo desigualdades sociais e dificultando o avanço em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao longo deste trabalho, examinaremos mais profundamente as características e limitações das abordagens “fast-food” na educação, bem como o papel e o impacto da Educação do Campo no território paraense.

Metodologia

A metodologia aplicada no presente trabalho foi a pesquisa documental e as abordagens no período da disciplina Política Públicas e Legislação do Ensino Básico no curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Pará, embasada no texto “A Geografia Escolar: Gigante de Pés de Barro Comendo Pastel de Vento Num Fast-Food” de Nestor André Kaercher e referências semelhantes para a compreensão dos termos. Além disso, ocorreram interações e trocas de diálogos com outros pesquisadores da área da Educação, principalmente, na Educação Fast-Food. Na Análise da educação no território paraense foi necessária a realização de um Trabalho de Campo para a Comunidade Quilombola no período de Junho de 2023 para levantamento de informações sobre o ambiente escolar na comunidade e demais informações que se integram no decorrer do trabalho apresentado, o levantamento foi realizado por meio de diálogos informais com uma gestora da comunidade e alunos do território.

Resultados e Discussões

Educação do campo versus Educação Fast- Food

A priori, para compreender o nome do artigo precisamos compreender que a crise educacional constante no Brasil é totalmente planejada e desde os anos 90, a mcdonaldização está se preparando para ganhar mais

mercado e invadir as escolas de capitais e do espaço rural, ainda que tenhamos dentro da capital que trajar um grande e constante embate contra essa mercadorização do ensino, no campo a luta se torna maior porém com suporte menor. O campo é espaço de experimentações e de uma eterna colonização, pelos recursos reduzidos e abusos sofridos os trabalhadores e trabalhadoras do campo constantemente se tornam vítimas de projetos educacionais Fast-Food. Dentro do território paraense as disputas constantes por terras e por mão de obra. A exploração dos recursos naturais e a falta de acesso a políticas educacionais adequadas perpetuam a situação de vulnerabilidade dessas populações, tornando-as ainda mais suscetíveis aos projetos educacionais fast-food.

Para lidar com esse cenário, é fundamental que a sociedade, os educadores, os governantes e as próprias comunidades do campo se unam para reivindicar uma educação que seja sensível às particularidades locais, respeitando a diversidade cultural e valorizando o conhecimento tradicional. Investir em políticas públicas que fomentem o desenvolvimento sustentável das áreas rurais e que garantam uma educação de qualidade é essencial para enfrentar a mercadorização do ensino e promover uma sociedade mais justa e igualitária

Educação Fast Food: A McDonaldização da escola.

Para compreender a problemática desse conceito, é necessário compreender o cenário onde ele surge, embora vários autores tenham abordado esse tema, poucos adentram a seu verdadeiro nível de fatalidade social. No Brasil, a educação durante a década de 90 passa a sofrer grandes influências de órgãos internacionais, que passam a promover modelos educacionais voltados para ideias neoliberais, que buscam a educação voltada para a criação de trabalhadores e consumidores, visando a manutenção do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva os países da América latina são dispostos aos projetos educacionais do grande capital, que por vezes pode ser verificado como um ensino raso, pouco aprofundado, utilitarista e comum a todos (desprezando diferenças culturais e locais), isso reflete na criação de uma educação tida por alguns autores como “fast-food”, ou seja, a “Crise Educacional” que é utilizada para justificar uma aplicação do ensino despreparada e de fato efetiva, principalmente aos mais pobre, é nada mais que um plano do Neoliberalismo.

Essa pressão por resultados imediatos e mensuráveis levou a um foco excessivo na quantidade de informações transmitidas aos alunos, em detrimento da compreensão profunda, do pensamento crítico e da construção de conhecimento significativo. Esse modelo de ensino rápido, superficial e baseado em memorização de informações é frequentemente associado à metáfora da educação fast food. No atual cenário com a reforma do Ensino Médio, podemos observar a atuação do mercado educacional com influência do neoliberalismo nitidamente, a fragmentação do ensino e o esvaziamento conteudista para a formação crítica, formalizando uma educação pro mercado de trabalho rápido e produtivista, que viabiliza a maior superficialidade do aprendizado e gerando nos alunos maior ansia por começar a serem “seres produtivos” no sistema.

Em resumo, o novo ensino médio além de ser um projeto neoliberal para facilitar a mão de obra, não é nada mais que uma releitura do formato de divisão da Educação Básica de 1970, que inclui o curso profissionalizante no fim do ensino médio, e agora, com adicionais com o propósito de reduzir ainda mais a aplicação de disciplinas que estimulam o pensamento crítico.

A Educação do Campo

O debate sobre a Educação do campo de maneira justa surge, referindo-se a uma educação que originou da luta dos movimentos sociais, dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, ampliando a visão das necessidades da população do campo com transformação social de fato, buscando promover um ensino contextualizado, levando em consideração suas culturas de recursos financeiro e de subsistência que são de origens da terra, suas sabedorias agrícolas, ancestrais, respeitando as tradições locais e do território onde estão instalados, fortalecendo a interdisciplinaridade e a valorização da sua cultura e identidade. Buscando principalmente desenvolver pensamento e consciência crítica, formando líderes para as comunidades e trabalhando a agricultura sustentável, vale ressaltar que a educação do campo se dirige para além da Educação Básica e formal, ela atende diversas outras iniciativas educativas, projetos comunitários e de extensão que promovam mais equidade e valorização do meio agrícola.

Para pontuar, o termo e a sistemática da Educação rural ou no campo, sempre esteve vinculada a uma ideia de atraso, “experimentações” ou depósito das coisas que restam das escolas da capital, com baixa qualidade e sem a contextualização necessária para aquele território, por vezes, estimulando o êxodo rural na ideia de que “educação de qualidade somente na cidade sede do município ou na capital”, levando o jovem a se retirar do seu convívio de comunidade ou a abandonar os estudos. Para Caldart, 2002:

A expressão Educação do Campo identifica uma reflexão pedagógica que germina das inúmeras práticas educativas desenvolvidas pelos sujeitos que vivem no campo. Consiste numa reflexão que considera o campo como espaço onde se produz pedagogias. Trata-se, também, de um projeto que reafirma a finalidade mais expressiva das práticas educativas desenvolvidas no campo, contribuindo com o desenvolvimento mais pleno do ser humano e sua inserção consciente no contexto social do qual faz parte.

Dessa forma, compreende-se importância da inserção consciente do contexto em que o aluno está inserido e nesse caso é direcionada a contextualização do ensino, compreender que a importância da valorização dos saberes locais e sua forma de contextualização de ensino são conceitos-chaves para entender a importância de incorporar práticas e métodos adequados para cada comunidade rural, tornando a educação mais significativa e relevante.

A Educação do Campo no Território Paraense: Abordagens pedagógicas centradas no estudante e no contexto local.

Para elucidar a importância da Educação do Campo no Território Paraense, é necessário, primeiramente, pontuar a dimensão territorial do Pará, que pelo IBGE que divide os 144 Municípios do Estado do Pará, formalizadas pela união, em 6 grupos, chamados: Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense e Sudoeste Paraense. Devido a esta grande extensão territorial, Governo e Prefeituras tentam se direcionar a um formato de educação que seja prático e que atenda a maioria da população, dessa forma, se constrói escolas, mas não se garante a educação de qualidade dela, tão pouco, o transporte até ela. A maioria das cidades do estado, são cidades que são agrícolas, e algumas até estão iniciando seu processo de urbanização. Segundo Magalhães, (2009):

No campo amazônico manifestam-se realidades bastante diversificadas. Do ponto de vista socioeconômico e ambiental temos riqueza e abundância, a maior biodiversidade do planeta. Ao mesmo tempo, a vida humana encontra-se ameaçada pelos grandes projetos, pela grilagem de terra, trabalho escravo, violência e ausência de políticas públicas adequadas e viáveis.

Dentro do território paraense podemos especificar diversas necessidades de especialidades na Educação do Campo, desde a educação nos territórios quilombolas, Educação nas ilhas e para os ribeirinhos, Educação no campo do sudeste paraense, onde se encontram os maiores conflitos agrários, dentro de tantas singularidades regionais e aplicações educacionais que não se tornam efetivas, encontra-se a alternativa da Pedagogia da Alternância, que é um método educacional idealizado na França, em 1914, que se realiza através de alternância do tempo Escola-Comunidade, onde os alunos realizavam um curso por correspondência com ajuda do Padre Granereau e por ser tão produtiva e permitir que os alunos voltassem para sua comunidade, onde eles eram mão de obra e poderiam trabalhar e ajudar a família. Esse formato educacional se expandiu por ser efetivo e respeitar as logísticas do campo e chegou ao Brasil, mas precisamente em Medicilândia, em 1996, sendo precursor para abertura de grandes portas e oportunidades para as comunidades camponesas do estado, pois é de extrema importância compreender que devido a sua extensão.

O Ensino por Alternância, é o formato que se apresenta mais efetivo nas condições territoriais do Estado do Pará, visto que a sua base permite flexibilidade de conteúdo e aplicação de assuntos e cursos que

permitam os alunos a se especializarem em assuntos das ciências agrárias, seja cursos que recursos de pesca, técnicas agrícolas ou até mesmo, oficinas de produção de BioJoias e recursos alimentares, como geleias ou doces de frutos das entre-safras. Observa-se que os alunos que saem das Casas Familiares Rurais ou Escolas de Famílias Agrícolas, saem com aporte técnico e científico para lutarem pelos seus direitos e transitarem entre cidade-campo, sem precisarem estar em subempregos ou totalmente afastados das suas famílias, onde ocorre a produção da maior parte das suas rendas.

Observação de Campo no Território Quilombola do Cacau - Colares, Pará.

A Comunidade Quilombola do Cacau se encontra a 1,2 Km das margens da Baía do Guajará e possui uma escola multisseriada e com ensino regular, em diálogo com a associação pode-se encontrar resquícios desta educação fast-food que ignora as origens e resistência da comunidade. A Priori, a escola é direcionada e a Professora atuante não faz parte da comunidade, é uma pessoa que foi escolhida pela prefeitura durante a campanha eleitoral.

A Escola embora seja registrada com quilombola, ainda não possui nomenclatura como quilombola. Segundo a dirigente da associação, a grande problemática desta educação que já vem com formato pronto é atrapalhar os descendentes na sua identificação como quilombola, por vezes, até conformam e aceitam ser pertencentes de um território quilombola, porém não conseguem enxergar o valor histórico e social. A Dirigente, que é pedagoga e especialista em Educação do Campo, afirma que luta por uma disciplina de “História e memória quilombola”, para reforçar a origem deste território que nasceu da doação de terras do Barão do Guajará para seus escravos alforriados e que foi um território vendido 6 vezes para o capital, sofrendo 12 anos de grandes conflitos até que somente no segundo Governo do Presidente Lula, passaram pela reforma agrária e ganharam a posse de suas terras.

Na logística escolar da comunidade, os alunos estudam dentro da comunidade somente até a 5ª Série/6º Ano, e após isso, os alunos são direcionados para escolas em Vigia, atravessando 10 minutos de Barco, em uma lancha disponibilizada pela prefeitura de Vigia, embora o território Quilombola ser pertencente ao município de Colares.

Considerações Finais

Por fim, A “mcdonaldização” da educação, influenciada pelo neoliberalismo desde os anos 90, tem buscado mercadorizar o ensino, voltando-o para a formação de trabalhadores e consumidores, ignorando as particularidades locais e culturais. Esse modelo impacta tanto as escolas das capitais quanto as comunidades rurais, perpetuando desigualdades e desvalorizando saberes tradicionais e para enfrentar esse cenário, é fundamental que a sociedade se una em busca de uma educação mais humana, que respeite e valorize as diversidades culturais e locais. Educadores devem se capacitar e adaptar suas práticas pedagógicas para incluir e valorizar os conhecimentos e culturas presentes nas comunidades rurais. Os governantes precisam priorizar a educação nas políticas públicas, investindo em projetos que promovam o desenvolvimento sustentável das áreas rurais e garantam uma educação de qualidade para todos.

A Educação do campo surge como uma alternativa transformadora, quando bem aplicada e preparada. Ela busca a promoção do ensino contextualizado, que valoriza as culturas locais e o conhecimento tradicional, fortalecendo a formação crítica e formando os estudantes para futuras lideranças.

Em suma, a busca por uma educação justa, igualitária e sensível às necessidades locais é um desafio constante que requer a colaboração de toda a sociedade. Somente com esforços conjuntos e políticas efetivas será possível superar a mercadorização do ensino e alcançar um futuro de transformação social e desenvolvimento sustentável. Valorizar a diversidade, promover o respeito e incentivar a participação das comunidades são passos essenciais para uma educação que verdadeiramente atenda às demandas e potencialidades de cada região, construindo assim uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Referência Bibliográfica:

CALDART, R. **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção** In: KOLLING, E. J.; CEROLI, P.R.; CALDART, Roseli.

GENTILLI, Pablo. “A mcdonaldização da escola: a propósito de “consumindo o outro”.” *Escola básica na virada do século: cultura, política e educação. São Paulo: Cortez* (2000).

KAERCHER, NESTOR ANDRÉ. “A GEOGRAFIA ESCOLAR: GIGANTE DE PÉS DE BARRO COMENDO PASTEL DE VENTO NUM FAST FOOD?.” *Terra Livre* 1.28 (2007): 27-44.

MAGALHÃES, Benedita Alcidema Coelho dos Santos et al. **Educação do campo, poder local e políticas públicas: a Casa Familiar Rural de Gurupá-PA, uma construção permanente.** 2009.

MARTINS, Fernando José. **Gestão democrática e educação do campo.** *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 28, n. 1, 2012.

NOSELLA, P. **EDUCAÇÃO: TERRITÓRIO E GLOBALIZAÇÃO** / Education: territory and globalization. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 265–274, 2014